

Entrevista com Alba Zaluar

(realizada no Rio de Janeiro, no dia 3 de setembro de 1999)

*Alessandra El Far, Ana Paula Mendes de Miranda, Edgar Teodoro da Cunha,
Fraya Frehse, Melvina Afra Mendes de Araújo e Ronaldo R. M. de Almeida*

APRESENTAÇÃO

Alba Zaluar, professora da UERJ, lecionou por um longo período na Unicamp, tendo iniciado sua carreira acadêmica dedicando-se ao estudo de religião. Entre as atividades mais importantes desse período está a criação, junto com outros cientistas sociais, da revista “Religião e Sociedade” (ISER). Durante sua tese de doutorado, ao estudar uma grande favela da cidade do Rio de Janeiro, a Cidade de Deus, um novo campo de pesquisa abriu-se para ela, como também para a antropologia brasileira: a crescente violência nas nossas cidades. Desde o livro *A Máquina e a Revolta*, referência obrigatória nos estudos de antropologia urbana, passando pelos *Condomínio do Diabo* e *Os Cidadãos Não Vão ao Paraíso*, além de vários outros artigos em revistas científicas e jornais, Alba Zaluar tem decifrado cada vez mais esse universo da violência urbana, que, potencializada pelo narcotráfico, tornou-se um dos principais problemas enfrentado pelas grandes cidades do mundo inteiro, principalmente em países do terceiro mundo como o Brasil, ponto de consumo e de passagem de drogas para os Estados Unidos e a Europa. Esta entrevista procura explorar sua formação, seus interlocutores, suas posições adotadas nos debates públicos, em particular na cidade do Rio de Janeiro, e, em especial, sua leitura sobre o circuito do tráfico de drogas, tão esclarecedor do momento atual.

Cadernos de Campo: Você poderia começar contando um pouco da sua trajetória intelectual ...

Alba: Minha trajetória é muito pouco usual, cheia de interrupções e sobressaltos. Na graduação, eu estava bastante envolvida com o movimento estudantil da Faculdade de Filosofia, a famosa FNFi, que fazia parte da antiga Universidade do Brasil. O Rio de Janeiro não era mais capital, mas suas referências todas ainda eram ao Brasil. Depois do golpe de 64, a graduação se passou numa época em que vivíamos um clima de terror. Eu era do “Partidão” e havia várias pessoas ligadas ao serviço de informação das forças armadas infiltradas. Elas começaram a andar pelos corredores da universidade nos ameaçando. Os melhores professores foram aposentados, até que um grande número de alunos teve de sair do país. Eu tinha terminado todos os cursos, mas não cheguei sequer a colar grau. Fui embora para Europa com o meu marido que, na ocasião, ia fazer uma pós-graduação. Passamos algum tempo na Suécia e depois fui completar minha formação na Inglaterra. Por isso, eu diria que a minha formação básica foi inglesa, em sociologia e antropologia social. Estudei com o Peter Worsley, Max Gluckman, Clyde Mitchell, Wes Sharrock, Bruce Kapferer, Bryan Roberts, todos pertencentes à Universidade de Manchester. Fiz o que chamavam de diploma de “Estudos Avançados”. Em seguida, fui aceita no mestrado, mas não pude concluí-lo porque tive filhos e, naquela época, a bolsa era de 50 ou 100 dólares. Isso foi até 1970. Quando meu pai faleceu, voltei ao Brasil, ingressei no mestrado do Museu Nacional e, como meu marido não pôde voltar comigo, regressei à Inglaterra, na companhia da minha mãe. Assim, completei minha formação em Manchester, que tinha por característica a forte influência da antropologia social britânica sobre as demais ciências sociais. Os antropólogos sociais, que antes estudavam a África, a Oceania e alguns países asiáticos, ao voltar à Inglaterra, passaram a trabalhar com “*comunni-ty studies*”, ou seja, as pequenas cidades, com os operários no *shop floor*, usando os métodos da antropologia social. Foram eles também que começaram a desenvolver o conceito de “redes sociais” a partir desses estudos.

Essa formação foi chocante num primeiro momento, porque eu vinha de um lugar, o Brasil, onde as pessoas discutiam as grandes teorias, a teoria da ideologia dominante, a teoria da divisão das classes sociais, a teoria do Estado que é o braço armado da classe dominante, e caí entre essas pessoas que pensavam a sociologia no plano micro articulado ao macro de forma nada ortodoxa. Foi um grande choque para mim, e tive dificuldade de entender a importância daquilo. De fato, eu sempre tive horror às ortodoxias, esse era o meu problema com o marxismo tal como era repetido dentro do “Partidão” e entre os meus colegas. Quando voltei ao Brasil, escolhi ir para o Museu Nacional porque as discussões de lá estavam próximas das que ocorriam em Manchester. Daí veio a idéia de estudar o catolicismo popular para entender os movimentos messiânicos, sem fazer uso da grande teoria do conflito de classes. Os estudos de comunidade que apresentavam dados sobre as festas de santo tinham mais a ver com a micro-sociologia.

Em Manchester, li aqueles estudos sobre bairros operários, fábricas e pequenas cidades. Assisti aos seminários de Eric Hobsbawn, vi também o E. P. Thompson fazer a primeira apresentação de vários dos seus trabalhos, entre eles, o sobre o tempo e o divórcio à inglesa. Era uma experiência única e eu queria usá-la. Assim, ao invés de focalizar e priorizar as questões relativas ao processo de trabalho do operário, ao sindicalismo e às relações de produção, pensei o trabalhador urbano no seu local de moradia. Na Inglaterra, no final

dos anos 60, as levas de imigrantes já faziam aparecer as divisões étnicas, que seccionaram ainda mais a classe operária. Falava-se já naquela época, na sociologia inglesa dos anos 60 e 70, de segmentação dessa classe social por diferenças de profissões, de gerações, de gênero e também por uma certa solidariedade baseada nas redes sociais locais. Foi isso que direcionou minha tese de doutorado, que talvez tenha sido meu trabalho de maior impacto.



Cadernos de Campo: Você considera pioneira a sua escolha da violência como tema de pesquisa?

Alba: Na época eu não tinha consciência do pioneirismo, eu simplesmente me deparei com a realidade da favela Cidade de Deus e, como pesquisadora formada na Inglaterra, que dá a maior importância ao empírico, registrei. Eu estava, em especial, trabalhando ali com as relações entre trabalhadores e bandidos e, principalmente, as idéias de um sobre o outro. Analisei as concepções de trabalho que apresentavam diferenças profundas entre as gerações. Para os jovens, o trabalho era entendido como escravidão, enquanto os mais velhos tinham orgulho do trabalho honesto. O capítulo que eu mais gosto na tese [A Máquina e a Revolta] é o último, sobre política. Mas o que faz maior sucesso é o sobre bandidos. O pioneirismo está, talvez, no fato de que enquanto as outras pessoas escolhiam como tema o mercado de trabalho, a habitação, eu privilegiava também a produção cultural, as relações de vizinhança, as redes de reciprocidade, os diversos tipos de troca, os conflitos que dividiam as pessoas em certas situações e as uniam em outras. De fato, analisei uma categoria bem menos abrangente do que a de operário que é a de trabalhadores pobres. Do ponto de vista marxista isso não tem muito sentido, porque inclui pessoas em diferentes inserções na produção. Eu percebi que era impossível classificar alguém como operário, já que as pessoas saíam de uma posição com grande facilidade, arrumavam emprego na indústria naval, depois faziam biscate, pintavam parede e tentavam arrumar um emprego público. Eu queria ver também – e talvez seja essa a contribuição do meu trabalho – como eles se relacionavam nos outros planos da vida social. A participação em blocos de carnaval, por exemplo, era, para eles, de grande satisfação pessoal, de reencontro com sua própria dignidade. Eles diziam: “*Eu trabalho no samba*”, só que era um trabalho completamente diferente dos outros, não tinha horário, não tinha patrão, não tinha rotina. Era um trabalho que eles faziam brincando, inventando, criando fantasias e letras de músicas. Obviamente isso tem uma importância grande na construção da identidade pessoal e social deles.

Cadernos de Campo: O seu doutorado foi defendido na Universidade de São Paulo, sob a orientação da professora Eunice Duhran. Que influências você atribui à USP?

Alba: Quando fui fazer o doutorado, não quis mergulhar nestes estudos do urbano, que perdiam o pé na política de classes, na política relacionada com os sindicatos ou com os partidos. Mas, de certo modo, procurei me reencontrar com o meu passado de militância política e pretendia estudar algo que tivesse relevância para se compreender o que se passava nas “bases” ou naqueles grupos sociais que eram vistos como os agentes da mudança ansiada. Dado que no Museu Nacional a ênfase era nos estudos de religião, estudos indígenas e de uma coisa vaga chamada estudos culturais, preferi fazer o doutorado na USP. Achei que seria bom para mim fazer essa mudança de campo intelectual. Eu lucrei muito com isso, porque Eunice Duhran e Ruth Cardoso, que tinham saído da antropologia para o departamento de ciência política, trabalhavam de forma bastante criativa na interface das duas disciplinas. Fui colega de classe de José Guilherme Magnani, Mauro Almeida, Maria Lúcia Aparecida Montes, de Teresa Caldeira. Nesse grupo lia-se muita coisa atualizada em termos internacionais a respeito da política entendida em termos bem mais amplos do que o partido e o sindicato.

Cadernos de Campo: Política era seu interesse, mas você não estudou os movimentos sociais, pelo menos como foi trabalhado por alguns antropólogos, como a própria Ruth Cardoso. Ao estudar a violência você não se achou num caminho inverso?

Alba: Aqui entra um pouco da minha rebeldia. Já que estava todo mundo estudando movimentos sociais, fui estudar uma vizinhança, querendo ver a família, os bandidos, de que ninguém falava, o bloco de carnaval, que apesar de não ser chamado de movimento social, tinha importância política. Eles usavam a política de clientelismo. Na época eleitoral, me diziam, “É a época que a gente deita e rola”. Era esta a estratégia. Recebiam os políticos e prometiam que iriam votar em cada um deles, um de cada vez. Para recebê-los, mudavam os cartazes espalhados na praça do local. A cada um, pediam postes na rua, camisetas para o time de futebol das crianças, quadra de esporte, pavimentação, e iam conseguindo atender suas demandas. Em 1982, o local estava todo arrumado. Com isso, demonstrei o deslocamento do centro da atividade política do local de trabalho (a fábrica cada vez mais rara) para o bairro; e também como o local de moradia era uma fonte eterna de negociação inter-classe e intra-classe.

Não fui à Cidade de Deus para estudar a violência. Eu queria estudar o significado da pobreza e também as redes sociais do local nas organizações populares. Depois que escrevi o capítulo sobre a violência e mais alguns artigos para o jornal, comecei a participar deste tipo de debate. Escrevi meu primeiro artigo para o *Jornal do Brasil*, em 1981, que se chamou “O condomínio do Diabo”. Isso foi resultado de algumas conversas que tive com os jovens, filhos dos diretores do bloco. Eles me falavam do empréstimo de armas, da maneira como eram solicitados para participarem de assaltos, de como alguns deles iam só pela emoção. Na sociologia da delinquência juvenil americana esse fenômeno é chamado de *drift* (deriva). Essa eventual participação em tais ações, não significava que os jovens fossem criminosos, nem que apresentassem uma tendência irremediável para a carreira criminosa. Eles também me diziam que lhes faltava a “disposição para matar”, que era o divisor de águas entre os que seguiam a carreira e os delinquentes eventuais.



Essa fato me chamou atenção e por isso fiz este primeiro artigo, baseando-me na visão que eles tinham do crime e do trabalho. A experiência de trabalho era bastante negativa. Eles comentavam a dificuldade de conseguir emprego por serem da Cidade de Deus e das “tentações” e “ilusões”, que assim denominavam e viam com alta dose de crítica, advindas do que podemos chamar de “a integração perversa”, via o tráfico de drogas, via quadrilha de assaltantes. Seria uma forma de se integrarem ao capitalismo perversamente, com as ilusões do dinheiro fácil e do poder das armas, às quais alguns jovens não conseguiam resistir.

Cadernos de Campo: Diferentemente de *A Máquina e a Revolta*, que se atém ao local, nos seus trabalhos mais recentes a violência passa a ser analisada num âmbito global; como se para explicar o fenômeno fosse preciso entender todo o seu circuito. Como evoluiu a análise de uma abordagem local para outra mais abrangente?

Alba: Foi uma trajetória longa. Eu voltei à Cidade de Deus para fazer uma pesquisa sobre as quadrilhas. Nesta ocasião, contratei vários estudantes universitários, entre os quais o Paulo Lins - que veio a escrever mais tarde o romance *Cidade de Deus* -, para conversar com o pessoal do tráfico, pois eles mentiam para mim. Era uma maneira de entrar no mundo deles. As primeiras coisas que escrevi foram bastante etnográficas, descritivas, sempre baseadas nas representações que tinham a respeito da justiça, da polícia, do crime. Foi algo que incorporei como sendo parte da objetividade. Depois participei de vários seminários internacionais, li muito sobre a economia da droga, do processo de globalização da economia, li vários livros sobre a lavagem de dinheiro para entender os fluxos e o sistema do crime negócio do qual esses jovens pobres constituíam a engrenagem mais vulnerável.

Outro fato que chamou minha atenção, durante as entrevistas, foi a maneira como eles construíam a identidade masculina. Comecei chamando de *ethos* da virilidade, depois de *ethos* da masculinidade, por fim, como Norbert Elias, *ethos* guerreiro, já que a virilidade

estaria mais relacionada à própria força física no ato sexual. Ali, tratava-se de algo que transcendia o sexual e adquiria uma importância social e política grande na transformação do menino em homem. Por isso, montei uma biblioteca particular bastante ampla sobre a questão da masculinidade. Na década de 70 e 80, quando você chegava a uma livraria nos Estados Unidos ou na Inglaterra, metade do acervo era de *women studies*. Agora não, há uma enorme quantidade de livros sobre *men studies*, muitos deles relacionados à violência, violência no esporte ou na política e, também, à violência urbana.

Antes de enveredar pelos estudos da masculinidade, eu já tinha feito uma outra inserção nos estudos sobre justiça com os meus alunos da Unicamp e, aqui no Rio, com os meus alunos da Uerj. Na Unicamp, a ênfase foi no funcionamento da justiça, nas áreas criminal e do trabalho, enquanto na Uerj debatemos o Estado, a Previdência e a justiça distributiva. Demos muita importância à linguagem - isso está presente no trabalho da Joana Vargas, da Maria Elisa Brandt -, e às várias

formas de negociação dos conflitos e negociação das verdades no processo jurídico. Meu texto mais recente e mais longo ["Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil"] na coletânea *História da vida privada* é marcante porque é um texto em que junto tudo isso.

A IDÉIA DO CRIME ORGANIZADO É ULTRAPASSADA PORQUE PENSA NOS PARÂMETROS DA ORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL BUROCRÁTICA, OU SEJA, ALGO VERTICALIZADO E NORMALIZADO.

Cadernos de Campo: Nesse artigo você fala também do crime como negócio, que parece um conceito chave na sua análise.

Alba: Esse conceito é meu. A idéia do crime organizado é ultrapassada porque pensa nos parâmetros da organização empresarial burocrática, ou seja, algo verticalizado e normatizado. Daí se pensava que aqui não havia crime organizado por não existir a figura do "chefão" nem uma organização clara. Mas não podia haver dúvidas de que a criminalidade de hoje não era igual a que havia no final do século XIX ou início deste por ter conexão com o mundo dos negócios, ou seja, atividades econômicas regulares para auferir grandes lucros. Estão, hoje, em jogo processos sociais diferentes que devem ser levados em consideração. O conceito de fluxo ou de rede é útil para entender isso porque permite ver a horizontalidade das relações, sem perder de vista alguma verticalidade. Existem em certos pontos da rede alguns nódulos, ou seja, pessoas que concentram mais informação, poder, dinheiro, e são essas que podem controlar o maior número de sujeitos por estarem numa posição estratégica. O conceito permite pensar, ao mesmo tempo, a verticalidade e horizontalidade das relações e também certa dose de abertura através da qual o pessoal está sempre sendo renovado, o que tem certos limites por ser uma atividade ilegal. É uma abertura complicada porque você pode entrar, mas também ser usado como "laranja" ou "boi de piranha". Você quer entrar no negócio, eles aceitam seu dinheiro; daí quando você compra uma carga, eles avisam a polícia. O policial prende aquela pessoa, pega a droga, às vezes fica com uma parte dela, e essa pessoa termina na prisão sem dinheiro, sem a droga, sem nada. Isso serve para os traficantes se livrarem daqueles em quem não confiam ou de quem não gostam, servindo também para alimentar o circuito de reciprocidade com os policiais.

O crime negócio é, então, uma circulação de informações, de dinheiro em várias moedas

e muito escambo. Eles compram cocaína com caminhão, carro, jóias, eletrodomésticos, farinha, café etc. Por isso ocorrem tantos furtos. O pessoal de Minas Gerais fez um mapa da criminalidade nos vários municípios e onde há maior índice de furto de veículos é justamente nas estradas que dão acesso à Bolívia e ao Peru.

Nessa vinculação por rede existem pessoas que estão deixando entrar as armas e estão ganhando muito dinheiro. Existem aquelas que estão lavando o dinheiro sujo e não admitem ser denunciadas. Quando estão sob ameaça, mandam matar imediatamente. Elas não matam, mandam matar. É a mesma coisa que acontece com os grandes fazendeiros do nordeste, em Goiás, no Pará. Eles não sujam mãos. São eles que estão botando esse negócio todo para dentro das cidades, das favelas, dos bairros pobres: as armas e as drogas. Existe muito policial que leva armas para vender para os garotos. Todos os garotos entrevistados, e os moradores também, disseram que chega o carro da polícia com armas para vender. Mais uma vez, importa entender como são criadas essas conexões, para, assim, poder desmontá-las. Não adianta prender o garoto que está na favela, todo prosa com sua metralhadora ou com uma AR-15, ou com uma AK-47, se achando o dono do mundo, mas que vai levar um “balaço” de um grupo rival ou de um policial e morrer sem saber o porquê. Não dá para dizer que o problema está aí.

Essa idéia da criminalidade do século XIX e do início deste século focava muito o indivíduo. Isso aparece também na literatura, no romance policial. Quem é o culpado? Nós não temos mais o culpado. Nós temos que pensar de outra maneira. Muitos filmes tratam disso de uma forma inteligentíssima. Os filmes sobre a máfia geralmente se concentram no “chefão”. Nessa figura paternal e tradicional. Mas existem outros que mostram a violência de maneira mais fluida, muito mais difícil de captar porque exige um outro tipo de investigação.

Cadernos de Campo: E quem é o “chefão”?

Alba: O Chefão é um endereço. Você não sabe o nome, não sabe nada. A pessoa que está naquele ponto estratégico, que no filme aparece como “chefão”, na verdade não tem nome, é a pessoa mais escondida e se alguém por acaso ousar perturbá-la, ela manda matar com a maior frieza. E você tem isso no mundo inteiro hoje, na China Comunista, na Índia, no Paquistão.

Cadernos de Campo: Na maior parte de seus artigos, o poder judiciário e a polícia aparecem quase sempre como uma etapa do circuito do tráfico. Como você diferencia sua abordagem sobre o aparelho estatal de outras que tratam do problema da violência?

Alba: A minha polêmica, por exemplo, com o pessoal do Núcleo de Estudos da Violência (USP), embora eles estejam dando cada vez mais importância ao tráfico de drogas, é que ainda estão muito presos ao modelo marxista da sociedade bi-polar. Eles dão muita ênfase à polícia como uma instituição de dominação, de controle das classes proletárias, dos pobres, das minorias étnicas, ou seja, desta coisa maior chamada classe dominada. A briga maior deles é feita com o Estado. De início, tive várias discussões sobre o monopólio da violência. O Paulo Sérgio Pinheiro

A IDÉIA DO CRIME NEGÓCIO
ROMPE COM ESSAS DISTINÇÕES
ENTRE O LEGAL E O ILEGAL. A PO-
LÍCIA AQUI É CONIVENTE.

criticava o monopólio legítimo da violência como sendo algo que levava à dominação, que permitia esse controle social abusivo sobre as classes dominadas. Eu dizia não, pois o que havia era um Estado sem o monopólio legítimo da violência, perdido para as empresas de segurança, para as quadrilhas, para os poderosos privadamente armados.

A idéia do crime negócio rompe com essas distinções entre o legal e o ilegal. A polícia aqui é conivente. Essa conivência não é só da polícia, é também de membros do judiciário. Não estudei esse assunto, então não posso me aprofundar. O que sei é que a maneira de questionar o réu é inteiramente ineficiente, não serve para absolutamente nada. Não sei em que grau há corrupção no Judiciário, mas sei que a polícia do país inteiro, e não só no Rio de Janeiro, tem altas doses de corrupção. A distinção do legal e ilegal é desfeita porque existem empresários, fazendeiros, donos de bar, de posto de gasolina envolvidos; eles usam a empresa como fachada ou ganham por fora. Isto ocorre também no caixa dois, no dólar mandado para o exterior. O Estado perde os meios de controle da economia. Essa rotatividade de capitais serve para lavagem do dinheiro. Evidentemente, isso implica numa nova visão do problema. Essa é uma velha questão que era compreendida a partir do esquema marxista, onde a polícia tinha que ser criticada e denunciada por conta desta vinculação com a classe dominante. Os novos elementos que quero adicionar ao debate complicam um pouco esse quadro, mas não negam a teoria marxista, porque se trata também de capitalismo. Um capitalismo sem nenhum controle institucional do Estado, algo pior, mais explorador e injusto.

O QUE VOCÊ VÊ É O RAMBO DESTRUINDO OUTRAS ETNIAS QUE SÃO CARACTERIZADAS COMO DIABÓLICAS, COMO REPRESENTATIVAS DO MAL.

Resta saber o que queremos cortar e limitar. É óbvio que não adianta controlar o “aviãozinho” da favela. Podem prender 50 que irão aparecer 100 querendo ser o “aviãozinho”. O importante é saber como funciona a rede para desmantelá-la. Ou então, o que é bem mais complicado, tornar essas drogas legais. Mas essa solução é parte de um xadrez internacional complicadíssimo. Eu não tenho solução para isso. É preciso discutir esse problema e não bancar o avestruz fingindo que ele não existe.

Caderno de Campo: Como você avalia o papel da mídia nesse circuito?

Alba: É uma avalanche de lixo, de filmes enlatados, de coisas que reforçam esta idéia do macho que resolve tudo na base da paulada. Nos filmes de *cowboy* da nossa juventude tinha uma coisa bonita, de fortitude moral, de autonomia moral. Nela, o indivíduo brigava por aquilo em que acreditava e queria implantar uma ordem justa, onde os mais fracos fossem defendidos; era com isso que a gente vibrava. Hoje, o que você vê é o Rambo destruindo outras etnias que são caracterizadas como diabólicas, como representativas do mal. Existia um estereótipo do não branco e não anglo-saxão que já estava presente nos filmes sobre os índios norte-americanos e os mexicanos. Agora generalizou: são os árabes, os vietnamitas do norte, os latinos. Acho que é a parte pior da mídia.

Um outro efeito é a busca da fama através da mídia. Eu mesma fui afetada por isso. Eu falo com autocrítica. Por que é assim: você começa a ser solicitada, jornalistas lhe telefonam perguntando uma coisa e você diz. Aí aparece no jornal um pouco distorcido. Daí vêm a segunda, terceira, quarta, quinta vez e, no final, você já não se reconhece mais. Se você adquire muita fama como eu adquiri, você tem aquelas pessoas que ficam com rai-

va e querem te derrubar, e isso me aconteceu. Teve uma entrevista na *Isto é* que está totalmente deturpada. Eles recortaram pedaços do que eu disse e colocaram uma pergunta que não me foi feita. Eu escrevi duas cartas e nunca fizeram nada a respeito. A pergunta original era: “Porque a intervenção militar é só no Rio de Janeiro?” e virou “O que você acha da intervenção militar?”. Minha resposta original dizia que os problemas que ocorriam no Rio não eram exclusivos do Rio, mas que havia necessidade de uma integração das políticas estaduais para enfrentar esse problema nacionalmente, o que virou “Deveria haver intervenção militar no Brasil todo.” Esta não é a Alba Zaluar que teve que ir para o exterior em 1965 por causa de IPM, que teve o irmão torturado, que perdeu colegas mortos pelo regime militar, que teve a vida toda devastada, que nunca conseguiu emprego aqui no Rio de Janeiro na década de 70 e migrou para Campinas. Minha obra é um desmentido permanente dessa falsa declaração.

Foi um grande choque para mim, mas já estava me sentindo meio envenenada por esse prazer narcisista que é ver meu nome aparecer toda hora no jornal. Fogueira das vaidades. Pois é, vaidade que gera inveja, inveja que gera investimento negativo e vaidade que não serve para nada. E eu comecei a parar de pensar. Teve uma hora que foi preciso mudar radicalmente para continuar a evoluir. Pensava comigo mesma: já fiz o que tinha que fazer, porque acho importante participar do debate público, mas tenho que deixar de me dedicar exclusivamente a isso, ainda mais enfrentando toda a carga pelo fato de ser mulher. Não vamos esquecer disso. A carga de raiva contra a mulher que adquire visibilidade é muito maior. Então a presença constante na mídia tornou-se contra produtiva, uma perda de tempo que me levava a deixar aquilo que é realmente importante para mim: fazer pesquisa. Hoje eu tenho certeza disso.

Cadernos de Campo: A imagem do Rio de Janeiro na mídia tem sido ultimamente a de uma cidade extremamente violenta, enquanto em São Paulo não haveria maiores problemas. Parece que só recentemente os meios de comunicação descobriram a violência em São Paulo.

Alba: Aí você tem um outro elemento que é a competição entre Rio e São Paulo, que ficou muito mais aguçada nos anos 80, porque até 1984 éramos um povo unido contra o regime militar. Competição por influência política, poder econômico, verbas federais, enfim, existe toda uma história aí que eu não vou aprofundar. Eu era recebida na Unicamp pelos meus colegas assim: “*Quantos assaltos você sofreu para vir para cá?*”. Era sempre uma gozação. Mas eu os lembrava: “*Olha que o negócio aqui está brabo*”. A reação deles era imediata: “*Mas São Paulo não tem esse problema de tráfico e uso de drogas. Nós só encontramos isso nas festinhas no Rio de Janeiro*”. Doce ilusão.

Estudos da década de 80, por exemplo, sobre Aids já mostravam que as cidades do interior de São Paulo, algumas de Minas Gerais, dos portos do Paraná e do Rio Grande do Sul estavam numa situação relativa à Aids por droga injetável pior do que o Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro era a nona cidade. Se não tem problema grave com drogas, como a Aids por droga injetável está se disseminando em Presidente Prudente, em Ribeirão Preto, em

MAS HOUVE TAMBÉM UMA MIGRAÇÃO DO PESSOAL QUE ESTAVA NO SNI, NOS ESQUEMAS DA REPRESSÃO E TORTURA, PARA O JOGO DE BICHO E O TRÁFICO.

Americana, em Santos, em Campinas, em Santos, em Paranaguá? Acho que houve interesse da Globo de combater o governo Brizola expondo o problema da violência de uma forma absolutamente desequilibrada. Agora ela está mostrando também a violência em São Paulo. Então ficamos todos sabendo que tem chacina na periferia de São Paulo, no ABC e que a polícia de lá é corrupta e violenta. Não sabíamos, na década de 80, porque ninguém falava disso, inclusive os pesquisadores da área que estavam preocupados ainda com aqueles resquícios do regime militar. Num certo sentido, eles tem razão porque muitos dos problemas que nós enfrentamos com a polícia foram montados pelo regime militar e ainda não foram desmantelados. Mas houve também uma migração do pessoal que estava no SNI, nos esquemas da repressão e tortura, para o jogo de bicho e o tráfico. É óbvio que isso provavelmente aconteceu em São Paulo, só que ainda não foi pesquisado. Quem tem falado mais a respeito dessas vinculações, mostrando, entre outras coisas, que este grupo de extermínio muitas vezes é um grupo de extorsão, principalmente aqui no município do Rio de Janeiro, sou eu.

Cadernos de Campo: Você foi a favor da intervenção do exército nas favelas do Rio de Janeiro?

Alba: Sou a favor da intervenção do Estado pela política social, pelos projetos pedagógicos, pela escola, pela televisão etc.

Cadernos de Campo: Mas quem seria contra isso?

Alba: Não é que seja contra, mas tem que fazer, tem que executar e tem que ter dinheiro, verba. Nós temos que investir nisso e não em gasoduto petrolífero ou no PROER. O pior foi o PROER. Por que eu vou aceitar que se dê um bilhão para um banco e não se ponha nada para ajudar esses garotos? Não consigo entender. Agora, em relação ao armamento, continuo a achar que há necessidade de uma política em que as forças armadas tenham participação no controle da entrada de armas no país. Até porque grande parte dos armamentos que chegam até as quadrilhas é desviada das polícias e do Exército.

Cadernos Campo: E qual foi a sua posição na época em que o exército invadiu os morros do Rio de Janeiro?

Alba: Eu estava apavorada com uma série de informações que me vinham dos pesquisadores lá da Cidade de Deus sobre o pessoal do tráfico. Diziam que os traficantes iam descer dos morros e tomar conta da cidade. Além disso, havia um movimento de ocupação, há bastante tempo, das associações de moradores. Segundo dados da FAFERJ, eles estavam controlando cerca de 70 a 80% das associações de moradores das favelas. Também dizia-se, na ocasião, que de 25 a 30% dos moradores tinham deixado várias favelas onde ocorriam esses embates entre o Terceiro Comando e o Comando Vermelho, e entre estes e a polícia. A polícia vinha para aumentar a aposta, para ganhar mais dinheiro, e matava, se necessário. Ia lá trocar tiros, mostrar a sua força, amedrontar e fazer com que eles dessem mais dinheiro. Diante do descontrole da polícia durante o governo Nilo Batista, eu achei que a intervenção militar poderia trazer algum benefício para resolver o

problema. Lembrem-se das chacinas de Vigário Geral, Nova Brasília e Candelária, todas ocorridas naquele momento com a participação de policiais. Enfim, não sei se é o caso de fazer uma *mea culpa*, porque de fato durante aquele período em que o exército esteve no morro morreram muito menos pessoas. A polícia, antes e depois, matou muito mais. O que veio depois foi muito pior: o “prêmio faroeste”, que é a premiação e promoção por bravura. Se o policial matar e provar que uma pessoa tinha ligação com o tráfico, ele pode ser promovido. O policial dizia: “*É traficante*”; os favelados diziam: “*Ele não está envolvido com o tráfico*”. Em quem acreditarão? Então, não sei se faço uma *mea culpa*. Acho que, naquele momento, tinha alguma razão de ser, mas não resolvia o problema. Do ponto de vista do desmantelamento da rede, foi tão ineficiente quanto o resto.

Cadernos de Campo: Quando chegamos aqui você disse que se animou só no começo com o governo Garotinho. Por quê?

Alba: O pessoal fica falando aqui de “tolerância zero”, de combate aos pequenos crimes ou desordens públicas para aumentar a “sensação de segurança”. Isso é uma bobagem. Veja Nova Iorque, Boston e outras cidades americanas que conseguiram controlar a violência. Qual foi o resultado? Os Estados Unidos, hoje, tem uma população prisional imensa, a maior do mundo. São 1.600.000 pessoas na prisão. Evidentemente, a maioria é negra e latina. Isso tem um custo enorme que poderia estar sendo usada de outra maneira. E há um silêncio sobre o que se desenvolve há anos na micro política, nas organizações vicinais, muitas iniciativas dos próprios negros e latinos que estabelecem as chamadas parcerias com as empresas privadas, com órgãos públicos, em que a preocupação é trazer os jovens envolvidos com gangues, tirá-los dessa vinculação fortíssima. Esses projetos tem tido uma eficácia que nunca foi medida nem considerada na avaliação das estatísticas de diminuição da criminalidade.

Como agia a polícia? Mapeava as gangues, identificava e prendia os líderes, aquela coisa do “chefão”. A polícia achava que com isso desmantelava o grupo. Coisíssima nenhuma. Aprofundava muito mais a identidade interna das gangues. Essas associações voluntárias, por sua vez, procuram os jovens individualmente para lhes oferecer alternativas de emprego, de atividades esportivas, de vinculações sociais, transformando algumas dessas gangues através da diminuição da identificação interna. O governo Clinton passou a investir muito mais na prevenção, chamada política de redução de riscos. Isso tem um efeito muito grande que a imprensa não divulga porque não dá votos para o prefeito de Nova Iorque, que é um ex-procurador e tinha vínculos com polícia.

Cadernos de Campo: Não estaria havendo uma aposta na política de segurança do Garotinho?

Alba: Essa política de segurança tem problemas. Eles parecem estar confusos. Falam em “tolerância zero”, péssimo nome pois implica intolerância e cujo principal efeito foi aumentar enormemente a população prisional. O estado do Rio de Janeiro não tem dinheiro para isso e, se tivesse, também não iria resolver. Existem estudos internacionais mostrando que as políticas de preven-

ENFIM, NÃO SEI SE É O CASO DE FAZER UMA *MEA CULPA*, PORQUE DE FATO DURANTE AQUELE PERÍODO EM QUE O EXÉRCITO ESTEVE NO MORRO MORRERAM MUITO MENOS PESSOAS. A POLÍCIA, ANTES E DEPOIS, MATOU MUITO MAIS.

ção são muito mais eficientes a um custo menor. Se colocar 100 mil dólares numa política de prevenção das drogas ou de tratamento de usuários, você obtém o mesmo resultado gastando 26 milhões na destruição de plantações e refinarias de coca na Colômbia. Esse é um estudo feito por uma organização, chamada *Rand*, que trabalha para o exército americano. No governo Clinton, há uma preocupação maior com essas políticas de prevenção. Eu não estou vendo o governo do Garotinho indo nessa direção.

Outra panacéia é a polícia comunitária. A polícia comunitária só funciona onde você tem associações vicinais fortes, ou seja, onde a população está minimamente organizada. Onde há grandes desigualdades sociais, há a possibilidade dos mais fortes, dos mais armados, dos mais ricos terem uma relação privilegiada com o policial e essa polícia comunitária ser privatizada pelos interesses dos mais fortes. Ela não vai agir em prol da população. Essa é a crítica do Paixão.

Passei algumas semanas na Holanda, num desses congressos, e eles me mostraram tudo por lá. Existe tráfico e a polícia tem uma certa tolerância. É ilegal, mas pode-se vender até uns 4 ou 5 gramas, sem que isso resulte em prisão. Mas se você estiver envolvido em grandes esquemas, certamente será investigado. Eles querem conhecer as redes, não o pequeno traficante e o consumidor.

Cadernos de Campo: Para concluir, voltemos ao nível micro, das relações de vizinhança e afins. Uma das principais características do narcotráfico presentes no seu trabalho foi o desmantelamento ou domínio dessas organizações comunitárias, como associações de moradores, grupos religiosos, blocos de carnaval. Como as pessoas estão se organizam no contexto da violência?

Alba: Eu tenho um aluno pesquisando torcidas organizadas do Flamengo. Ele é Fluminense, como eu (risos). Tem uma aluna estudando as galeras da favela e o pessoal do judô da classe média. Aliás, a violência desses jovens de classe média é ainda maior e mais perversa do que a do pessoal das galeras *funk*, porque estes já foram objeto de política social. Meus alunos estão descobrindo esse pessoal da classe média em torcidas organizadas. Vai muito garotão que berra mais palavrão, principalmente os fortões, que querem logo machucar. E quando alguém dá um tiro, a resposta será com um tiro também. Isso é novo, não é tradição cultural brasileira, nem muito menos carioca. É o *ethos* guerreiro, copiado dos Estados Unidos, que valoriza a destruição física do rival e torna o jovem insensível ao sofrimento do outro. E nós temos que encontrar meios para dar uma resposta cultural para isso. Aí eu sou muito intervencionista. Não tem relativismo cultural que me faça aceitar uma coisa dessa. Relativismo cultural tem limite, especialmente quando o que se observa é fruto de uma dinâmica cultural colonialista. Chegando nesse limite eu acho que deve

A VIOLÊNCIA DESSES JOVENS
DE CLASSE MÉDIA É AINDA
MAIOR E MAIS PERVERSA DO
QUE A DO PESSOAL DAS
GALERAS FUNK

haver intervenção. É muito sofrimento que está sendo provocado. É coisa nova que surgiu aqui por mimetismo das gangues norte americanas, dos filmes norte americanos, dessa idéia que tomou conta do país.

Cadernos de Campo: No seu artigo publicado na

História da Vida Privada no Brasil, você sugere que, nesse contexto do narcotráfico, o samba, como pacificador de costumes, acabou?

Alba: Ali eu trabalhei como o imaginário deles. O samba fala de muitos conflitos interpessoais, mas sempre com abertura para o outro, seja a mulher traidora, seja o amigo que fez alguma coisa que não agradou, seja a competição entre os bairros que sempre teve no Rio. O roubo de samba, por exemplo, sempre apareceu de uma forma engraçada e irônica. Não que resolvesse o conflito, mas o expressava simbolicamente, valorizando o moralmente correto, a gozação do errado, o falar do problema e não o atuar violento. A estatística da violência, décadas atrás, mostrava uma taxa de criminalidade que não destacava o Rio de Janeiro dentre outras cidades brasileiras, talvez até fosse menor, não sei, mas não era maior que a de Belo Horizonte, na mesma ocasião. Na década de 80, houve essa explosão. A taxa de homicídio aumentou 3 vezes. Em São Paulo, duplicou. Apareceu, não por acaso, um outro tipo de música, o *funk*, que faz justamente o contrário do samba, exaltando essa coisa guerreira. Há muitos guris se socializando nesse tipo de identidade masculina cruel e agressiva.

Com o advento da arma de fogo, a “turma do deixa disso” desapareceu também. Você vai dizer para um traficante com uma AR-15: “Deixa disso companheiro.”? (risos). Uma vez presenciei uma cena em que um traficante ameaçou com arma um rapaz da vizinhança por ter discutido sobre uma partida num jogo de *ping pong*. No universo do samba, poderia haver gente disposta a esfaquear outras pessoas, mas a maior parte das brigas era de soco, de rasteira, de capoeira. E aí tinha a “turma do deixa disso”, que sempre foi muito importante. Mesmo em brigas internas, dentro da universidade, dentro dos departamentos, você sempre tinha uma “turma do deixa disso”. Agora, é uma indiferença geral, que muitas vezes passa despercebida. A indiferença em relação ao sofrimento do outro. Talvez por conta de um individualismo exacerbado, talvez por perda da dimensão da solidariedade, do coletivo que nós, antropólogos e sociólogos que lemos Durkheim e Mauss, sabemos ser fundamental para que uma sociedade exista.